

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Professor-associado da Faculdade de Direito da UFMT. Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Doutor summa cum laude em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito pela Unesp, campus de Franca. Advogado e Consultor Jurídico.

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

13^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 31.01.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M429c

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direito internacional público / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9003-9

1. Direito internacional público. I. Título.

20-62509

CDU: 341.17.8

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

Sumário

PARTE I TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – A Sociedade Internacional	3
1 O que é o Direito Internacional Público?	3
2 Sociedade e comunidade.	4
3 Ordem jurídica da sociedade internacional	7
Seção II – Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público	10
1 Introdução.	10
2 Origens históricas do Direito Internacional Público.	10
3 As tendências evolutivas do Direito Internacional.	14
4 O Direito Internacional Público nos dias atuais.	18
5 O ensino do Direito Internacional Público.	19
Seção III – Conceito, Denominações e Divisões	20
1 Conceito	20
a) <i>Crítério dos sujeitos intervenientes</i>	22
b) <i>Crítério das matérias reguladas</i>	22
c) <i>Crítério das fontes normativas</i>	22
2 Denominações.	24
3 Divisões	26
4 Aplicação internacional e interna	28

Capítulo II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO ESTATAL

1 Propositura do problema	31
2 Dualismo	32
3 Críticas à doutrina dualista	36
4 Monismo	38
a) <i>Monismo nacionalista</i>	39
b) <i>Monismo internacionalista</i>	41
c) <i>Monismo internacionalista dialógico</i>	46
5 Doutrinas conciliatórias	48
6 As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno no direito constitucional comparado	48
a) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno sem disposição de primazia</i>	48

b) Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno com a primazia do primeiro	50
c) Cartas Constitucionais que não contêm disciplinamento acerca das relações entre o Direito Internacional e o Direito interno	54

Capítulo III

FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	55
2 Doutrinas	56
a) Doutrina voluntarista	56
b) Doutrina objetivista	57
3 Fundamento do Direito Internacional na norma <i>pacta sunt servanda</i>	58

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Fontes Primárias	63
1 Introdução	63
2 Fontes materiais e formais	64
3 Rol originário das fontes do Direito Internacional Público	65
4 Os tratados internacionais	68
5 O costume internacional	70
a) Conceito de costume internacional	71
b) Elementos formadores do costume	72
b.1) Elemento material ou objetivo	72
b.2) Elemento psicológico ou subjetivo	73
c) Processos (clássico e contemporâneo) de formação do costume	74
d) Extensão geográfica do costume	75
e) Hierarquia entre costumes e tratados internacionais	76
f) Prova do costume	77
g) Interpretação do costume	78
h) O problema dos novos Estados	79
i) A (im)possibilidade jurídica da teoria do “objeto persistente”	80
j) Aplicação direta do costume internacional na ordem interna	81
6 Os princípios gerais de direito	82
Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes	86
1 Introdução	86
2 Jurisprudência	87
3 Doutrina dos publicistas	90
4 Analogia e equidade	91
5 Atos unilaterais dos Estados	93
a) Atos autonormativos	97
b) Atos heteronormativos	98
6 Decisões das organizações internacionais	99

7	Atos unilaterais transnacionais	105
8	Obrigações <i>erga omnes</i> , <i>jus cogens</i> e <i>soft law</i>	107
	a) As obrigações <i>erga omnes</i>	108
	b) O <i>jus cogens</i> internacional.....	111
	c) O fenômeno da <i>soft law</i> na atualidade.....	116

Capítulo V DIREITO DOS TRATADOS

Seção I – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969.....	121
1 Introdução.....	121
2 Antecedentes históricos.....	122
3 A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados	124
4 Desmembrando o conceito de tratado internacional.....	127
a) <i>Acordo internacional</i>	128
b) <i>Celebrado por escrito</i>	129
c) <i>Concluído entre Estados ou organizações internacionais</i>	130
d) <i>Regido pelo Direito Internacional</i>	133
e) <i>Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos</i>	134
f) <i>Ausência de denominação específica</i>	135
5 Terminologia dos tratados	135
a) <i>Tratado</i>	136
b) <i>Convenção</i>	136
c) <i>Pacto</i>	137
d) <i>Acordo</i>	137
e) <i>Acordo por troca de notas</i>	137
f) <i>Acordo em forma simplificada ou acordo do executivo</i>	138
g) <i>"Gentlemen's agreements"</i>	139
h) <i>Carta</i>	140
i) <i>Protocolo</i>	140
j) <i>Ato ou ata</i>	140
k) <i>Declaração</i>	140
l) <i>"Modus vivendi"</i>	141
m) <i>Arranjo</i>	141
n) <i>Concordata</i>	141
o) <i>Reversais ou notas reversais</i>	142
p) <i>Ajuste ou acordo complementar</i>	142
q) <i>Convênio</i>	142
r) <i>Compromisso</i>	142
s) <i>Estatuto</i>	142
t) <i>Regulamento</i>	142
u) <i>Código</i>	143
v) <i>Constituição</i>	143
w) <i>Contrato</i>	143

6	Estrutura dos tratados.....	143
	a) O título.....	144
	b) O preâmbulo ou <i>exordio</i>	144
	c) O articulado (ou dispositivo).....	144
	d) O fecho.....	144
	e) A assinatura.....	144
	f) O selo de <i>lacre</i>	145
7	Classificação dos tratados.....	145
	a) Quanto ao número de partes.....	145
	b) Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão.....	148
	c) Quanto à possibilidade de adesão.....	150
	d) Quanto à natureza jurídica.....	151
	e) Quanto à execução no tempo.....	154
	f) Quanto à execução no espaço.....	155
	g) Quanto à estrutura da execução.....	155
8	Processo de formação dos tratados.....	155
9	Desmembrando as fases internacionais da formação dos tratados.....	160
	a) As negociações <i>preliminares</i>	161
	b) A adoção do texto.....	163
	c) A <i>autenticação</i>	166
	d) A assinatura.....	167
	e) A ratificação.....	172
	f) A <i>adesão</i>	185
10	Reservas aos tratados multilaterais.....	188
	a) Conceito e formulação das reservas.....	189
	b) Limites às reservas.....	190
	c) Procedimento das reservas.....	193
	d) Distinção entre reservas e outros atos não reservativos.....	193
	e) Aceitação e objeção das reservas.....	194
	f) Efeitos das reservas.....	195
	g) O problema das reservas e das emendas no âmbito interno.....	196
11	Emendas e modificações aos tratados.....	199
12	Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados.....	202
	a) Entrada em vigor dos tratados.....	202
	b) Aplicação provisória dos tratados.....	203
13	Registro e publicidade dos tratados.....	204
14	Observância e aplicação dos tratados.....	206
	a) Observância (ou cumprimento) dos tratados.....	207
	b) Aplicação dos tratados (no tempo e no espaço).....	212
15	Interpretação dos tratados.....	214
	a) Regra geral de interpretação.....	215
	b) Meios suplementares de interpretação.....	217

c)	<i>Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas</i>	218
d)	<i>Sistemas de interpretação</i>	219
d.1)	<i>Interpretação internacional</i>	219
d.2)	<i>Interpretação interna</i>	220
d.3)	<i>Interpretação doutrinária</i>	221
e)	<i>A interpretação dos tratados de direitos humanos</i>	221
16	<i>Os tratados e os terceiros Estados</i>	222
a)	<i>Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva</i>	222
b)	<i>Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado</i>	223
c)	<i>Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados</i>	224
c.1)	<i>Tratados que criam obrigações para terceiros Estados</i>	224
c.2)	<i>Tratados que criam direitos para terceiros Estados</i>	225
17	<i>Vícios do consentimento e nulidade dos tratados</i>	226
a)	<i>Anulabilidade do consentimento</i>	227
b)	<i>Nulidade do consentimento</i>	229
c)	<i>Nulidade dos tratados</i>	229
18	<i>O jus cogens e o tema da nulidade dos tratados</i>	232
a)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens anterior</i>	233
b)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens posterior</i>	235
c)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena</i>	236
d)	<i>Procedimento relativo à nulidade ou extinção de tratado em conflito com norma de jus cogens</i>	237
19	<i>A inconstitucionalidade dos tratados</i>	239
a)	<i>Concepção constitucionalista</i>	239
b)	<i>Concepção internacionalista</i>	240
c)	<i>Concepção conciliatória</i>	241
d)	<i>A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969</i>	242
20	<i>O conflito entre tratados sucessivos</i>	247
21	<i>Extinção dos tratados</i>	250
a)	<i>Expiração do termo pactuado</i>	252
b)	<i>Condição resolutiva</i>	252
c)	<i>Execução integral do objeto do tratado</i>	253
d)	<i>O tratado posterior</i>	254
e)	<i>Violação grave do tratado</i>	254
f)	<i>Impossibilidade superveniente e mudança fundamental das circunstâncias</i>	256
f.1)	<i>Impossibilidade superveniente de cumprimento do tratado</i>	256
f.2)	<i>Mudança fundamental das circunstâncias</i>	257
g)	<i>Rompimento das relações diplomáticas e consulares</i>	258
h)	<i>O estado de guerra</i>	258
i)	<i>Suspensão da execução de um tratado em virtude de suas disposições ou pelo consentimento das partes</i>	259

22	A denúncia dos tratados	260
	a) <i>A denúncia na Convenção de Viena de 1969</i>	260
	b) <i>O problema da denúncia no Direito interno brasileiro</i>	263
23	Consequências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado	269
24	A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs)	270
	a) <i>A redação dos memorandos</i>	271
	b) <i>Inexistência de aprovação parlamentar</i>	272
	c) <i>Falta de registro nas Nações Unidas</i>	272
	d) <i>Confidencialidade</i>	273
	e) <i>Conclusão sobre a sua natureza jurídica</i>	273
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986		273
1	Introdução	273
2	Histórico e situação atual da Convenção de 1986	274
3	Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986	275
4	Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados	276
5	Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986	277
	a) <i>Acordos de sede</i>	277
	b) <i>Acordos sobre privilégios e imunidades</i>	277
	c) <i>Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados</i>	277
	d) <i>Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais</i>	278
	e) <i>Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados</i>	278
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil		278
1	Introdução	278
2	A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados	281
3	O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados	288
4	O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados	294
5	Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional	299
6	Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados	301
7	Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional	309
8	Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados	310
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno		311
1	O caso brasileiro	311
2	Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF	313
3	Nosso posicionamento frente à posição do STF	318
4	O controle jurisdicional da convencionalidade das leis	323
	a) <i>A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano</i>	324
	b) <i>O controle de convencionalidade no Direito brasileiro</i>	328
	b.1) <i>Controle concentrado de convencionalidade</i>	329
	b.2) <i>Controle difuso de convencionalidade</i>	331

Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária	334
1 Propositura do problema	334
2 O art. 98 do Código Tributário Nacional	335
3 A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados	339

Capítulo VI

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	343
2 Propósito da codificação	343
3 A regra da Carta da ONU	344
4 Tentativas de codificação do Direito Internacional Público	346
5 Estado atual da codificação do Direito Internacional Público	347

PARTE II

PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

Capítulo I

OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	351
2 Classificação dos sujeitos	352
3 Os Estados	353
4 Coletividades interestatais	354
5 Coletividades não estatais	355
a) <i>Beligerantes</i>	355
b) <i>Insurgentes</i>	355
c) <i>Os movimentos de libertação nacional</i>	356
d) <i>A Soberana Ordem Militar de Malta</i>	357
6 A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano	358
a) <i>A Santa Sé</i>	358
b) <i>O Estado da Cidade do Vaticano</i>	363
c) <i>A questão das concordatas</i>	365
7 Comitê Internacional da Cruz Vermelha	366
a) <i>Gênese</i>	367
b) <i>Funcionamento</i>	367
c) <i>Natureza jurídica</i>	367
8 Os indivíduos	369
a) <i>crimes contra a paz</i>	371
b) <i>crimes de guerra</i>	371
c) <i>crimes contra a humanidade</i>	371
9 Sujeitos não formais do Direito Internacional	374
a) <i>Empresas transnacionais</i>	374
b) <i>A mídia global</i>	376
10 Plano dos capítulos seguintes	376

Capítulo II

O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Formação e Extinção do Estado	377
1 Introdução	377

2	Conceito e elementos constitutivos do Estado	378
	a) Comunidade de <i>indivíduos</i>	379
	b) Território <i>fixo e determinado</i>	381
	c) Governo <i>autônomo e independente</i>	384
	d) <i>Estabilidade</i>	386
3	Formação do Estado	386
	a) <i>Fundação direta</i>	387
	b) <i>Emancipação</i>	387
	c) <i>Separação ou desmembramento</i>	388
	d) <i>Fusão</i>	389
4	Reconhecimento de Estado e de <i>governo</i>	389
	a) <i>Individual ou coletivo</i>	395
	b) <i>De direito (de jure) ou de fato (de facto)</i>	395
	c) <i>Expresso ou tácito</i>	396
	d) <i>Incondicionado ou condicionado</i>	396
	e) <i>Reconhecimentos especiais</i>	397
	e.1) <i>Reconhecimento de beligerância</i>	397
	e.2) <i>Reconhecimento de insurgência</i>	398
	e.3) <i>Reconhecimento como Nação</i>	399
	e.4) <i>Reconhecimento de governo</i>	399
	e.4.1) <i>Doutrina Tobar</i>	402
	e.4.2) <i>Doutrina Estrada</i>	402
5	Classificação dos Estados	403
	5.1) <i>Estados simples ou unitários</i>	404
	5.2) <i>Estados compostos</i>	404
	5.2.1) <i>Estados compostos por coordenação</i>	405
	a) <i>União Pessoal</i>	405
	b) <i>União Real</i>	406
	c) <i>União Incorporada</i>	407
	d) <i>Confederação de Estados</i>	407
	e) <i>Estado Federal</i>	408
	f) <i>Associações "sui generis"</i>	411
	5.2.2) <i>Estados compostos por subordinação</i>	412
	a) <i>Estados vassalos</i>	412
	b) <i>Estados protegidos ou protetorados</i>	413
	c) <i>Estados clientes</i>	414
	d) <i>Territórios não autônomos</i>	415
	e) <i>Territórios sob tutela</i>	416
	f) <i>Estados permanentemente neutros</i>	418
6	Extinção dos Estados	418
	a) <i>Anexação total</i>	419
	b) <i>Anexação parcial</i>	419
	c) <i>Fusão</i>	420
	d) <i>Divisão ou desmembramento</i>	420

7	Sucessão de Estados	420
	a) <i>Efeitos da sucessão quanto aos tratados</i>	422
	b) <i>Efeitos da sucessão quanto à nacionalidade</i>	423
	c) <i>Efeitos da sucessão quanto às obrigações financeiras</i>	424
	d) <i>Efeitos da sucessão quanto à legislação interna</i>	425
	e) <i>Efeitos da sucessão quanto ao domínio do Estado</i>	425
	f) <i>Efeitos da sucessão quanto à participação em organizações internacionais</i>	426
8	Sucessão de organizações internacionais	426
Seção II – Domínio Terrestre do Estado		427
1	Introdução	427
2	Conceito e natureza	428
3	Fronteiras e limites	429
4	Modos de aquisição de território	433
	a) <i>Ocupação</i>	433
	b) <i>Acessão</i>	435
	c) <i>Cessão</i>	436
	d) <i>Prescrição aquisitiva</i>	437
	e) <i>Conquista e anexação</i>	439
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados		440
1	Introdução	440
2	Direitos básicos dos Estados	441
	a) <i>Direito de conservação e defesa</i>	442
	b) <i>Direito à liberdade e à soberania</i>	443
	c) <i>Direito à igualdade</i>	447
	d) <i>Direito ao comércio internacional</i>	449
3	Restrições aos direitos fundamentais dos Estados	450
	a) <i>Capitulações</i>	450
	b) <i>Garantias internacionais</i>	451
	c) <i>Servidões internacionais</i>	451
	d) <i>Concessões</i>	452
	e) <i>Arrendamento de território</i>	452
	f) <i>Condomínio</i>	453
	g) <i>Neutralidade permanente</i>	455
	h) <i>Neutralização de territórios</i>	455
4	Deveres dos Estados	456
	a) <i>Deveres morais</i>	456
	b) <i>Deveres jurídicos</i>	457
5	O dever de não intervenção	457
6	A doutrina Monroe	459
7	A doutrina Drago	460
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal		462
1	Introdução	462
2	Diplomacia e serviço consular	463

3	Prerrogativas e imunidades diplomáticas	464
	a) Prerrogativas e imunidades da missão	464
	b) Privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos	465
	b.1) Inviolabilidade pessoal e domicílio	466
	b.2) Imunidade jurisdicional	466
	b.3) Isenção fiscal	468
4	Imunidade penal do pessoal da missão diplomática	470
5	Privilégios e imunidades consulares	474
6	Imunidade de jurisdição do Estado	476
7	O abuso da imunidade diplomática	484
8	Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista	485
9	Imunidade de execução	491
	a) Dos agentes do Estado	492
	b) Dos organismos internacionais	492
	c) Do próprio Estado	492
Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados		494
1	Introdução	494
2	Projeto de convenção internacional da ONU	495
3	Conceito de responsabilidade internacional	496
4	Características da responsabilidade internacional	497
5	Proteção diplomática	499
6	Elementos constitutivos da responsabilidade	501
	a) O ato internacionalmente ilícito	501
	b) A imputabilidade ou nexa causal	502
	c) O prejuízo ou dano	503
7	Formas de responsabilidade internacional	504
8	Natureza jurídica da responsabilidade internacional	505
9	Órgãos internos e responsabilidade internacional	506
	a) Atos do Executivo	506
	b) Atos do Legislativo	508
	c) Atos do Judiciário	510
	d) Atos dos indivíduos	512
10	Prévio esgotamento dos recursos internos	513
11	Apresentação de reclamações	514
12	Excludentes da responsabilidade	515
	a) Consentimento do Estado	516
	b) Legítima defesa	516
	c) Contramedidas	517
	d) Força maior	517
	e) Perigo extremo	518
	f) Estado de necessidade	518
	g) Renúncia do indivíduo lesado	518
13	Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional	519

Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais	520
1 Introdução	520
2 Chefes de Estado	521
a) <i>Privilégios pessoais</i>	523
b) <i>Imunidade em matéria penal</i>	523
c) <i>Imunidade em matéria civil</i>	523
d) <i>Imunidade de polícia e tributos</i>	523
3 Ministro das Relações Exteriores	524
4 Agentes diplomáticos	525
5 Os cônsules e funcionários consulares	529
6 Delegações junto às organizações internacionais	531

Capítulo III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais	533
1 Introdução	533
2 Definição	535
3 Características	537
4 Classificação	539
5 Personalidade jurídica internacional	541
6 Processo decisório	543
a) <i>Sistema da unanimidade</i>	544
b) <i>Sistema da dissidência</i>	544
c) <i>Sistema do voto ponderado</i>	544
d) <i>Sistema da maioria simples e da maioria qualificada</i>	544
7 Diferenças de fundo	544
8 Sede da organização	545
9 Admissão de novos membros	546
10 Representação dos Estados-membros	547
11 Sanções aos Estados-membros	548
12 Retirada voluntária dos Estados-membros	550
13 Ordem jurídica das organizações internacionais	551
14 A questão das imunidades	552
15 O pessoal paradiplomático	554
Seção II – A Organização das Nações Unidas	555
1 Origem histórica	555
2 Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	556
3 Membros das Nações Unidas	557
4 Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	558
5 Os órgãos das Nações Unidas	559
a) <i>Assembleia-Geral</i>	559
b) <i>Conselho de Segurança</i>	560
c) <i>Corte Internacional de Justiça</i>	563
d) <i>Conselho Econômico e Social</i>	564
e) <i>Conselho de Tutela</i>	566
f) <i>Secretariado</i>	566

6	Organismos especializados	567
a)	Organismos internacionais de cooperação econômica	568
a.1)	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).....	568
a.2)	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	568
a.3)	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).....	569
a.4)	Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).....	569
a.5)	Organização Mundial do Comércio (OMC)	569
b)	Organismos internacionais de cooperação social.....	570
b.1)	Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	570
b.2)	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).....	571
b.3)	Organização Mundial de Saúde (OMS).....	571
c)	Organismos internacionais de cooperação em comunicações.....	571
c.1)	União Internacional de Telecomunicações (UIT).....	571
c.2)	Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)	572
c.3)	União Postal Universal (UPU).....	572
c.4)	Organização Marítima Internacional (OMI).....	572
d)	Organismos internacionais de finalidade específica	573
d.1)	Organização Meteorológica Mundial (OMM).....	573
d.2)	Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	573
d.3)	Organização Mundial do Turismo (OMT)	574
d.4)	Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)	574
7	Revisão da Carta da ONU	575
Seção III – Organizações Regionais e Supranacionais		575
1	Organizações regionais	575
2	Organizações supranacionais.....	576
3	A União Europeia.....	578
4	Mercado Comum do Sul (Mercosul).....	580
a)	Conselho do Mercado Comum (CMC).....	582
b)	Grupo Mercado Comum (GMC).....	582
c)	Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)	583
d)	Parlamento do Mercosul (Parlasul)	583
e)	Foro Consultivo Econômico-Social.....	584
f)	Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).....	584
5	União das Nações Sul-Americanas (Unasul).....	586
Seção IV – Organização dos Estados Americanos.....		589
1	Introdução	589
2	Estrutura da Carta da OEA.....	590
3	Natureza, propósitos e princípios.....	591
4	Membros da OEA.....	592
5	Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA.....	593
6	Solução pacífica de controvérsias.....	594
7	Órgãos da OEA.....	594

a) <i>Assembleia-Geral</i>	594
b) <i>Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores</i>	595
c) <i>Os Conselhos</i>	596
d) <i>Comissão Jurídica Interamericana</i>	597
e) <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>	598
f) <i>Secretaria-Geral</i>	598
8 Conferências especializadas	600
9 Organismos especializados	600

Capítulo IV

OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Seção I – Nacionalidade do Indivíduo	601
1 Jurisdição do Estado	601
2 Conceito de nacionalidade	601
3 Nacionalidade e cidadania	605
4 Nacionalidade originária e adquirida	608
5 A nacionalidade de origem	615
a) Jus sanguinis	616
b) Jus soli	616
c) Sistema misto	617
6 Aquisição da nacionalidade	617
a) Aquisição pelo casamento	617
b) Aquisição pela naturalização	618
7 A nacionalidade brasileira	621
a) Brasileiros natos	621
b) Brasileiros naturalizados	631
8 Perda da nacionalidade brasileira	635
a) Causas de perda da nacionalidade brasileira	636
b) Perda da nacionalidade do brasileiro nato	636
c) Perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado	639
9 Reaquisição da nacionalidade brasileira	641
10 Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses	644
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro	646
1 Conceito de estrangeiro	646
2 Admissão do estrangeiro no território nacional	648
3 Títulos de ingresso dos estrangeiros	649
4 Direitos dos estrangeiros	653
5 Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal	656
a) Repatriação	657
b) Deportação	658
c) Expulsão	660
6 Extradição	665
a) Conceito e entendimento	665
b) Fontes do direito extradicional	667
c) Natureza jurídica	668

	d) Condições gerais para a concessão	669
	e) Modalidades de extradição	669
	f) Extradição sem tratado	670
	g) Procedimento extradicional no Brasil	673
	h) Extradição monocrática	679
	i) Entrega do extraditando ao Estado requerente	680
	j) Casos de vedação da extradição	681
	k) O problema da prisão perpétua e da pena de morte	683
	l) Transferência de execução da pena	685
7	Asilo territorial e asilo diplomático	685
	a) Asilo territorial	686
	b) Asilo diplomático	689
8	Refúgio	693
	a) Regulamentação internacional	695
	b) Regulamentação interna	697

PARTE III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

Capítulo I ZONAS POLARES

1	Introdução	703
2	O Polo Norte	704
3	A Antártica	705

Capítulo II O MAR

Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua	709	
1	Introdução	709
2	Águas interiores	711
3	Mar territorial	714
	a) Conceito	714
	b) Passagem inocente	715
	c) Delimitação	717
4	Zona contígua	718
5	Estreitos	719
6	Canais internacionais	720
7	Estados Arquipélagos	721
8	Situação jurídica dos navios	722
	a) Embarcações públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)	723
	b) Embarcações privadas brasileiras (ou públicas quando utilizadas para fins comerciais)	724
	c) Embarcações públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)	724
	d) Embarcações privadas estrangeiras	724

Seção II – Zona Econômica Exclusiva	725
1 Entendimento.....	725
2 Regulamentação internacional e interna.....	725
3 Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro	726
4 Direitos de terceiros Estados	727
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos.....	728
1 Plataforma continental.....	728
2 Fundos marinhos	730
Seção IV – Rios Internacionais	731
1 Conceito	731
2 Exercício da jurisdição estatal	733
3 Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata.....	733
4 Outros regimes internacionais	734
Seção V – O alto-mar.....	735
1 Importância da matéria.....	735
2 Conceito de alto-mar.....	735
3 O regime jurídico do alto-mar	736
a) <i>Liberdade de navegação e sobrevoo</i>	736
b) <i>Liberdade de pesca</i>	736
c) <i>Direito de efetuar instalações de cabos submarinos e oleodutos</i>	737
d) <i>Direito (limitado) de aproveitamento dos recursos existentes no fundo do mar e no subsolo correspondente</i>	737
4 Limites à liberdade do alto-mar.....	737
5 Acesso ao alto-mar pelos Estados sem litoral.....	738
6 Deveres dos Estados no alto-mar.....	739

Capítulo III

O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO

Seção I – O Espaço Aéreo	741
1 Introdução	741
2 Normativa internacional.....	741
3 Princípios elementares	742
4 As cinco liberdades do ar.....	743
5 Situação jurídica das aeronaves.....	744
a) <i>Aeronaves públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)</i>	745
b) <i>Aeronaves privadas brasileiras (ou estatais que se destinam à atividade privada)</i>	745
c) <i>Aeronaves públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i>	746
d) <i>Aeronaves privadas estrangeiras</i>	746
6 Segurança no ar.....	746
Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico	746
1 Origens da regulamentação internacional.....	746
2 Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico	747
3 Normativa internacional.....	747

PARTE IV
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Seção I – O Direito Internacional dos Direitos Humanos	751
1 Generalidades	751
2 Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos	752
a) <i>Direitos do homem</i>	752
b) <i>Direitos fundamentais</i>	752
c) <i>Direitos humanos</i>	753
3 Características dos direitos humanos	755
a) <i>Historicidade</i>	755
b) <i>Universalidade</i>	755
c) <i>Essencialidade</i>	755
d) <i>Irrenunciabilidade</i>	755
e) <i>Inalienabilidade</i>	755
f) <i>Inexorabilidade</i>	755
g) <i>Imprescritibilidade</i>	756
h) <i>Vedação do retrocesso</i>	756
4 A questão das “gerações” (ou dimensões) de direitos	756
5 Críticas ao sistema geracional de direitos	758
6 Gênese do direito internacional dos direitos humanos	759
7 O Direito Internacional dos Direitos Humanos	761
8 Tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	765
a) <i>As incongruências do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	770
b) <i>Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3º do art. 5º da Constituição?</i>	774
c) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/2004</i>	780
d) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda nº 45/2004)</i>	790
e) <i>Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	792
9 Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas	793
Seção II – O Direito da Carta da ONU	796
1 A regra das Nações Unidas	796
2 Ausência de definição da expressão “direitos humanos”.....	798
3 Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos	798
Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos	799
1 Introdução	799

2	Estrutura da Declaração Universal.....	800
3	Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948.....	802
4	Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	804
5	Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948.....	807
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966.....		808
1	A criação dos mecanismos de proteção	808
2	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	810
3	Protocolo Facultativo ao Pacto sobre Direitos Civis e Políticos	813
4	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	815
5	Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	819
6	Plano das seções seguintes.....	820
Seção V – Sistema Regional Interamericano.....		820
1	Introdução.....	820
2	Convenção Americana sobre Direitos Humanos	822
3	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	825
4	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	830
5	Processamento do Estado perante a Corte	834
6	Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH	837
7	O problema da execução das sentenças da CIDH no Brazil	839
8	Eficácia da sentença para terceiros Estados	843
Seção VI – Sistema Regional Europeu		845
1	Introdução.....	845
2	A Convenção Europeia de Direitos Humanos	847
3	A Corte Europeia de Direitos Humanos.....	852
4	Aperfeiçoamento institucional do sistema europeu.....	861
5	Simetrias e assimetrias entre os sistemas europeu e interamericano de direitos humanos.....	864
6	Conclusão	866
Seção VII – Sistema Regional Africano.....		866
1	Introdução.....	866
2	A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	867
3	A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	872
4	A Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	874
5	Conclusão	877
Seção VIII – Direitos Humanos no Mundo Árabe.....		877
1	Introdução.....	877
2	Desenvolvimento.....	878
3	Instrumentos.....	879
4	Órgãos de proteção.....	879
5	Conclusão	880
Seção IX – Direitos Humanos na Ásia		880
1	Introdução.....	880

2	Declaração de Direitos Humanos da ASEAN.....	880
3	Inefetividade da proteção	881
Seção X – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....		881
1	Introdução	881
2	Precedentes históricos da criação do TPI.....	882
	a) crimes contra a paz	884
	b) crimes de guerra	884
	c) crimes contra a humanidade	885
3	Criação e características do TPI	888
4	Estrutura e funcionamento do TPI	891
5	Competência material do TPI.....	895
	a) Crime de genocídio	896
	b) Crimes contra a humanidade	897
	c) Crimes de guerra.....	898
	d) Crime de agressão	900
6	A regra da responsabilidade penal individual	902
7	As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira	905
	a) A entrega de nacionais ao TPI.....	905
	b) A pena de prisão perpétua	908
	c) A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função	910
	d) A questão da reserva legal.....	910
	e) A questão do respeito à coisa julgada	911
8	Conclusão	912

Capítulo II

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seção I – O Fenômeno da Proteção Internacional do Meio Ambiente.....		915
1	Introdução	915
2	Emergência e maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente	917
3	Instrumentos internacionais de proteção.....	921
4	Recurso às regras do Direito Internacional clássico	922
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente		923
1	Introdução	923
2	Rol das fontes formais.....	923
	a) Tratados internacionais.....	923
	b) Costume internacional	925
	c) Princípios gerais de direito	925
	d) Doutrina e jurisprudência internacionais.....	926
	e) Decisões e resoluções das organizações internacionais	926
3	Reavaliação das fontes.....	927
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos		928
1	O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	928
2	A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	931
3	A positivação do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano.....	933

4	A proteção do meio ambiente nas instâncias regionais de direitos humanos	933
	a) <i>Sistema regional interamericano</i>	934
	b) <i>Sistema regional europeu</i>	935
5	Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumen- tos internacionais	937

PARTE V DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Capítulo I NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Tra- balho	943
1 Introdução	943
2 Fundamentos	945
3 Objetivos	946
4 A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho	946
5 Padrões trabalhistas mínimos e <i>dumping social</i>	947
a) <i>Posição dos países desenvolvidos</i>	948
b) <i>Posição dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento</i>	950
c) <i>A alternativa do “selo social”</i>	951
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT)	951
1 Introdução	951
2 Finalidades	952
3 Competência	954
4 Natureza jurídica	954
5 Membros	955
6 Estrutura orgânica	956

Capítulo II CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT

Seção I – As Convenções da OIT	961
1 Considerações gerais	961
2 Conceito de <i>convenção</i>	962
3 Natureza jurídica	963
4 Método negocial	964
5 Vigência internacional	964
6 Integração ao Direito brasileiro	965
7 Incorporação material e formal	969
8 Primazia da norma mais favorável	971
9 Interpretação das convenções	973
Seção II – As Recomendações da OIT	973
1 Conceito de recomendação	973

2	Natureza jurídica	975
3	Integração ao Direito brasileiro	975

PARTE VI CONFLITOS INTERNACIONAIS

Capítulo I SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias	979
1 Introdução	979
2 Conceito de controvérsias internacionais	979
3 Finalidade da matéria	980
4 Regra das Nações Unidas	981
5 Tratado Interamericano de Assistência Recíproca	982
6 Hierarquia dos meios de solução de controvérsias	983
Seção II – Meios Diplomáticos	984
1 Características da solução diplomática	984
2 Negociação direta	984
3 Bons officios	985
4 Sistema de consultas	986
5 Mediação	986
6 Conciliação	987
7 Inquérito	988
Seção III – Meios Políticos	989
1 Entendimento	989
2 Mecanismos de controle	989
3 A regra da não ingerência em assuntos internos	990
Seção IV – Meio Semijudicial (Arbitragem)	994
1 Diferenças conceituais	994
2 A arbitragem internacional	995
3 Os árbitros	996
4 Cláusula arbitral	997
5 O processo arbitral	997
6 Laudo arbitral	998
7 Formas de arbitragem	999
Seção V – Meios Judiciais	999
1 Introdução	999
2 A Corte Internacional de Justiça	1001
a) Regras sobre os <i>juizes</i>	1002
b) Competência contenciosa e consultiva	1002
c) Competência em razão da matéria	1005
d) Aceite à jurisdição contenciosa	1005
e) Sentença da Corte	1006
f) Idiomas oficiais	1007

3	Tribunais regionais e especializados	1007
4	Consentimento estatal	1008
Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos.....		1009
1	Finalidade dos meios coercitivos.....	1009
2	Retorsão	1009
3	Represálias	1011
4	Embargo.....	1011
5	Boicotagem.....	1012
6	Bloqueio pacífico.....	1013
7	Rompimento das relações diplomáticas	1013
8	Sanções coletivas internacionais.....	1013

Capítulo II

GUERRA E NEUTRALIDADE

Seção I – A Guerra		1015
1	Introdução	1015
2	Guerra e tecnologia	1015
3	Brevíssima gênese da guerra	1016
4	Definição de guerra.....	1017
5	Proibição jurídica da guerra.....	1017
6	As leis da guerra.....	1020
7	A declaração de guerra	1021
8	Efeitos da declaração de guerra	1022
9	As hostilidades.....	1022
10	Término da guerra.....	1023
11	A legítima defesa.....	1024
12	Crimes de guerra	1028
13	O terrorismo em Direito Internacional.....	1029
Seção II – A Neutralidade		1032
1	Conceito de neutralidade	1032
2	Críticas ao sistema da neutralidade	1033
3	Neutralidade e neutralização	1034
4	Formas de manifestação.	1035
5	Neutralidade nas organizações internacionais	1035
6	O futuro do sistema de neutralidade	1035
Referências Bibliográficas.....		1037
Obras do Autor.....		1103